

Índice

| | |
|--|-----------|
| Introdução..... | 19 |
| I - Coordenação Internacional de Políticas e UEM na Europa | 25 |
| 1. Ganhos e perdas da coordenação internacional de políticas: uma análise da história e da literatura..... | 27 |
| 1.1. Uma definição de coordenação | 28 |
| 1.2. Coordenação internacional de políticas: referências históricas..... | 30 |
| 1.3. Ganhos da coordenação: os argumentos teóricos e empíricos em jogo..... | 34 |
| 1.4. Dificuldades da coordenação internacional de políticas: os argumentos teóricos e empíricos em jogo..... | 43 |
| 1.5. Alguns elementos de síntese..... | 48 |
| 2. A UEM na Europa: definição, objectivos, percurso(s) e coordenação de políticas (do Relatório Delors aos vectores de Maastricht)... | 53 |
| 2.1. Os contornos da UEM na Europa..... | 55 |

| | |
|--|------------|
| 2.2. Os vectores da cooperação e coordenação de políticas macroeconómicas..... | 60 |
| 2.3. Alguns elementos de síntese..... | 68 |
| II - Situação das Finanças Públicas e Condições de Acesso à UEM..... | 71 |
| 1. As implicações da UEM sobre as receitas fiscais..... | 73 |
| 1.1. A importância da perda dos rendimentos de senhoriação..... | 74 |
| 1.2. O <i>dossier</i> da harmonização fiscal..... | 77 |
| 1.3. Alguns elementos de síntese..... | 85 |
| 2. Os critérios de convergência “fiscal” e as finanças públicas dos países da União Europeia..... | 87 |
| 2.1. Os critérios de convergência “fiscal”: necessidades e críticas..... | 89 |
| 2.2. Da situação das finanças públicas dos países da União a uma avaliação empírica dos ajustamentos necessários para a convergência “fiscal”..... | 98 |
| 2.3. Alguns elementos de síntese..... | 117 |
| III - A Definição das Políticas Fiscais Nacionais: | |
| Flexibilidade ou Imposição de Regras ?..... | 121 |
| 1. Pela flexibilidade na definição da política fiscal nacional..... | 123 |
| 1.1. Uma primeira avaliação da “renovada” importância da política fiscal..... | 125 |
| 1.2. O ajustamento a choques específicos como principal argumento a favor da flexibilidade na definição das políticas fiscais nacionais..... | 132 |
| 1.3. Outros argumentos favoráveis à flexibilidade das políticas fiscais nacionais..... | 137 |
| 1.4. Alguns elementos de síntese..... | 139 |

| | |
|--|------------|
| 2. Pela imposição de regras obrigatórias (<i>binding rules</i>)..... | 143 |
| 2.1. A questão da (in)sustentabilidade da dívida pública | 144 |
| 2.2. UEM e disciplina orçamental | 153 |
| 2.3. Motivações políticas para défices excessivos | 156 |
| 2.4. Que regras?..... | 158 |
| 2.5. Alguns elementos de síntese..... | 164 |
| | |
| IV - Coordenação de Políticas Fiscais | |
| e/ou Centralização Orçamental: Que Necessidade ? | 167 |
| 1. A questão da coordenação das políticas fiscais | 169 |
| 1.1. Argumentos favoráveis e desfavoráveis | 171 |
| 1.2. Dificuldades para o processo de coordenação..... | 178 |
| 1.3. O problema da credibilidade do processo de coordenação | 182 |
| 1.4. Alguns elementos de síntese..... | 187 |
| 2. A questão da centralização orçamental | 191 |
| 2.1. Intervenção pública e federalismo fiscal: | |
| principais aspectos..... | 193 |
| 2.2. Estabilização macroeconómica, centralização orçamental | |
| e mecanismos de absorção de choques: | |
| os argumentos em debate | 199 |
| 2.3. Alguns elementos de síntese..... | 212 |
| | |
| Conclusão..... | 215 |
| | |
| Referências Bibliográficas | 223 |